

**O PESADELO DA AMNESIA COLETIVA:
UM ESTUDO SOBRE OS CONCEITOS DE MEMÓRIA,
TRADIÇÃO E TRAÇOS DO PASSADO***
Myrian Sepúlveda dos Santos

I. AMNÉSIA OU ESQUECIMENTO COLETIVO?

"The tragedy began not when the liberation of the country as a whole ruined, almost automatically, the small hidden islands of freedom that were doomed anyhow, but when it turned out that there was no mind to inherit and to question, to think about and to remember."

-Hannah Arendt, Between Past and Future

"It is 1971, and Mirek says that the struggle of man against power is the struggle of memory against forgetting."

-Milan Kundera, The Book of Laughter and Forgetting

"Blade Runner", o filme de Ridley Scott traduzido por "O Caçador de Andróides" - está de volta, dez anos após seu lançamento,

* Este artigo foi produzido como parte de um projeto de pesquisa sobre memória social que venho desenvolvendo no Departamento de Sociologia da New School for Social Research visando a elaboração de uma dissertação de doutorado. Esse trabalho foi possível graças a bolsa de doutoramento concedida pelo CNPq em outubro de 1989.

trazendo, novamente, as imagens do desenvolvimento tecnológico e declínio urbano retiradas da obra de Philip K. Dicke e veiculando nossos medos e fantasias de perda de identidade e desumanização. O tema, caracterizado tão bem em clássicos do cinema, como "Metropolis", de Fritz Lang; "Tempos Modernos", de Charles Chaplin; e "Citizen Kane", de Orson Welles, não é, portanto, novo e periodicamente volta ao debate. A popularidade do tema aparece também através da reedição em 7 volumes da obra de Kafka, autor que se caracteriza pela crítica à irracionalidade da vida contemporânea.

O pesadelo da amnésia coletiva cresce à medida em que nos defrontamos com máquinas, que agora não só trabalham como têm memórias cada vez mais complexas e elaboradas. A valorização de uma racionalidade mecânica e instrumental é questionada e novas definições de saber e conhecimento entram no debate.

Em "Blade Runner", os andróides são os "replicants", perfeitos humanóides, os quais, no entanto, não têm passado ou memória. Aparentemente, este é o único fator que os diferencia dos humanos. Nos livros de Kafka, o mundo absurdo da realidade se legitima no presente através da destruição contínua de tradições e arquivos do passado. Aqueles que criticam a sociedade científica e tecnológica, associam-na ao indivíduo isolado que vive o imediatismo do presente sem referências do passado. Mas o que significa "amnésia" nestas denúncias? Qual a associação entre "amnésia" e a sociedade em que vivemos? Embora o pesadelo da amnésia coletiva descreva um aspecto emocional e bem difuso de nossa sociedade e não tenha sido uma invenção de cientistas sociais, muitos deles não só o endossam como tentam explicá-lo teoricamente.

Diversos sociólogos, ainda que partindo de análises bastante diferenciadas do que seja a sociedade contemporânea--capitalista, industrial, burocrática, de consumo, pós-industrial, ou dos meios de comunicação de massa--definem homens e mulheres que vivem nesta sociedade como indivíduos vazios: de sentimentos, experiências de vida, laços pessoais e capacidade de julgamento. Estes indivíduos não têm memória, pois experiências de vida foram substituídas por informações e lembranças do passado se constituem em recuperação de dados. Além disso, argumenta-se que os suportes

materiais da memória, que poderiam estar presente na vida cotidiana, serem referenciais do passado e servirem de vínculos de solidariedade entre gerações, foram gradativamente substituídos por objetos de consumo efêmeros e descartáveis. Lembranças do passado, neste contexto, se transformam em versões oficiais totalitárias ou manipulativas da história. O mundo da amnésia coletiva é o mundo onde a competitividade, racionalidade e informatização substituem sentimentos, práticas coletivas e vínculos interpessoais presentes em antigas comunidades. Homens e mulheres, portanto, desprovidos de conhecimento e experiências do passado, se tornam incapazes de sentir, julgar e defender seus direitos. Nestas condições, seja tradição, memória ou traços do passado, estes são aspectos, que, de uma maneira ou de outra, representam uma defesa decisiva da humanidade na sua luta por autodeterminação e liberdade.

Apesar de ter grande repercussão no meio acadêmico, o pesadelo da amnésia coletiva não ameaça uma parte considerável dos analistas sociais. Para muitos sociólogos, a configuração urbana moderna, o desenvolvimento tecnológico e a mobilidade extrema no tempo e espaço alcançada contemporaneamente não implicam em alienação e amnésia, mas, pelo contrário, no encontro entre múltiplas e diferentes culturas, o que é avaliado como um fator de enriquecimento cultural e atualização do passado sem precedentes na história da humanidade. Diversos autores têm argumentado que o esquecimento coletivo faz parte do processo de constituição social, uma vez que memória é compreendida a partir de um processo seletivo que envolve tanto o lembrar quanto o esquecer. Apesar de diferentes perspectivas teóricas, pois para alguns destes autores a memória que temos do passado é aquela que existe em instituições e estruturas coletivas, enquanto para outros o que temos do passado são atos de lembrar e esquecer enquanto práticas sociais. Em ambos os casos, a "amnésia coletiva" nada mais é do que o esquecimento de determinados aspectos para que outros sobrevivam.

É evidente que as análises a que me referi envolvem não só diferentes conceitos de memória e sociedade, mas também diferentes conceitos de democracia e liberdade. Para aqueles que contrapõem memória à sociedade contemporânea, a sua preservação é associada ou

a espaços políticos alternativos--tais como comunidades de memória, esferas públicas autônomas ou sociedade civil--onde sobreviva uma prática mútua de compreensão entre os homens, ou a uma fragmentação política que defenda interesses minoritários e restrinja o controle socio-político. Por outro lado, aqueles, que consideram a memória como parte do processo de constituição social, denunciam ou reforçam controle, manutenção de valores e adaptação social, mas sempre como aspectos intrínsecos às práticas e instituições sociais existentes.

Da maneira que vejo, não vivemos um período de amnésia coletiva, e compreendo a memória enquanto um dos aspectos do processo de construção social. Concordo, no entanto, com os defensores do pesadelo, primeiro, que nossa forma de lembrar e compreender o passado tenha se modificado significativamente e, segundo, que "esquecimento" envolve mais do que um mero processo seja de seleção ou manutenção social. Toda a dificuldade se encontra em considerar memória construída em termos de movimento, conflito e imprevisibilidade. É esta tarefa a que me proponho a seguir.

Neste artigo, inicialmente, mapeio as principais correntes sociológicas que contribuem para o debate sobre amnésia coletiva com o intuito de oferecer uma análise comparativa de caráter mais geral. A seguir, desenvolvo uma análise mais específica de autores que procuraram explicar memória interrelacionando os conceitos de "indivíduo", "sociedade" e "tempo", pois, evidentemente, amnésia coletiva não é considerada neste debate como uma tragédia seja de caráter estritamente pessoal ou social, mas como uma condição a um só tempo pessoal, política e social. Mostro que enquanto alguns autores objetificaram a memória e enfatizaram o seu processo de construção social, outros compreenderam a memória não como objeto, mas como sujeito do processo social. Ao resgatar estas teorias sociológicas, enfatizo, primeiro, que elas estão corretas em suas principais asserções, segundo, que elas se apresentam incompletas e incompatíveis umas com as outras à medida em que foram formuladas em modelos teóricos rígidos, e, terceiro que ao analisarem memória elas nem sempre compartilham um mesmo objeto de análise.

É meu objetivo mostrar que enquanto diferentes experiências sociais, a memória não se reduz à reconstrução do passado

no presente ou à determinações do passado sobre o presente, e na sua diversidade--percepção, manutenção, reconstrução e aprendizado em relação ao passado--ela pode significar tanto controle quanto emancipação. A compreensão do pesadelo não se configura em termos de sua defesa ou rejeição apaixonada, mas através da consideração de que os indivíduos interagem entre si e com seu meio, e, portanto, lembram-se e esquecem-se, em complexas e contraditórias formas, as quais só em sua especificidade histórica adquirem um significado mais amplo.

II. O CONCEITO DE MEMÓRIA E A TRADIÇÃO SOCIOLÓGICA

Memória é muitas vezes descrita como a capacidade de lembrar o passado. No entanto, esta simples definição contém diferentes significados, assim como cada um destes significados pode ser denominado por diferentes termos. Por "memória", nós entendemos nossa capacidade de recitar um poema de cor, beber um copo d'água, seguir um trajeto diário sem tropeços ou ainda recordar fatos vivenciados no passado, e aprender através deles. Estes aspectos da memória, que durante muito tempo foram estudados pela psicologia e pela filosofia a partir da capacidade individual de lembrar, são associados atualmente a aspectos sócio-culturais. Até mesmo os trabalhos estritamente biológicos sobre memória, que procuram localizar no cérebro espaços responsáveis pelo nosso lembrar, têm passado a considerar o fato de que não somos indivíduos isolados e que percebemos e compreendemos nosso mundo ao nos comunicarmos uns com os outros através de sinais e símbolos dos quais a linguagem parece ser o exemplo mais eficaz.

À medida em que aspectos sociais são considerados, os conceitos de memória se diversificam: "memória social", "atos coletivos de lembrar e esquecer", "tradição", "traços da memória". Estes conceitos representam não só diferentes abordagens a um mesmo fenômeno, como eles também explicam diferentes fenômenos

indistintamente classificados como memória. Na procura de definição do que seja "memória", os conceitos explicam seu funcionamento, seu processo criador, suas ligações com a esfera social, com o poder, com o inconsciente, seja ele individual ou coletivo. Poucos deles, no entanto, se concentram nos muitos significados que "memória" possa ter.

Inicialmente, as análises sociais da memória se encontram divididas pelo tradicional debate sobre a relação entre indivíduo e sociedade. Considerando os autores que vêem a memória como um "fenômeno" coletivo, eu destaco dois grupos. O primeiro deles considera que memórias individuais são determinadas por "construções coletivas". Eles enfatizam a importância da esfera social, objetificam as construções coletivas da memória e procuram determinar sua estrutura e funcionamento de forma autônoma à intenção de atores sociais. Neste sentido, tanto a oposição entre lembrança e esquecimento quanto diferenças individuais são considerados aspectos resultantes da coerência e complexidade da vida social. Para um segundo grupo, a memória como um "fenômeno coletivo" é compreendida como resultante da ação do indivíduo na sociedade - abordagem presente nos trabalhos de historiadores e sociólogos que procuram uma lógica inerente a tradições culturais e histórias oficiais. Neste caso, tradições são explicadas a partir de éticas e valores religiosos e seculares, e esquecimentos coletivos pelo processo de desumanização ocorrido na sociedade burocrática⁶⁰. Tanto a história que havia se sociologizado a partir dos anos 30 quanto a sociologia que havia incorporado aspectos históricos--ambas as disciplinas baseadas em uma metodologia comparativa e interpretativa de "fenômenos de longa duração"--passam a se confrontar com análises que resgatam a importância de experiências individuais na construção de um discurso histórico e social⁶¹.

⁶⁰Ainda que simplificando bastante a complexidade do pensamento de cada um destes autores, eu considero de maneira muito esquemática, no primeiro caso, os trabalhos de M. Halbwachs (1925; 1939; 1941; 1950) e M. Douglas (1986), e, no segundo, os de autores como E. Hobsbawm (1983), E. Shils (1981) e ainda H. Marcuse (1955). A crítica de M. Bloch (1925) a Halbwachs pela atribuição deste último de qualidades encontradas apenas em ações individuais a estruturas torna evidente a controvérsia.

⁶¹No campo da história, ver a crítica de Louise Tilly à história das mentalidades e à história oral (1983) e as respostas de Paul Thompson, Luisa Passerini, Isabelle Bertaux-

Nas últimas duas décadas, estudos sobre "memória" têm aparecido em um número significativo de análises sociais⁶². De uma maneira geral, estes estudos representam uma abordagem interdisciplinar e a tentativa de integrar, ainda que com ênfases distintas, as dimensões de "tempo", "indivíduo" e "sociedade". Uma nova noção de temporalidade, pela qual a influência do passado sobre o presente passa a ser incorporada às análises da sociedade contemporânea, faz com que prévias definições da memória, seja enquanto capacidade individual de recordar, seja enquanto fenômeno coletivo, sejam quase unanimemente rejeitadas.

Estes novos estudos sobre memória vão enfatizar que não existem memórias individuais ou sociais, mas atos de lembrar e esquecer, que devem ser considerados práticas ou ações humanas constituídas socialmente. Além disso, eles vão rejeitar a idéia de que a memória seja capaz de recuperar um passado real, como também o fizeram anteriormente Halbwachs, Hobsbawm e Marcuse, mas incorporando uma nova dimensão de temporalidade em suas análises e reabilitando a tradição historicista alemã ao admitirem que o ator social encontra-se inserido em um momento único e particular.

Entretanto, longe do almejado consenso nas ciências sociais, os conceitos de memória continuam a se contrapor uns aos outros, uma vez que a relação entre "indivíduo", "sociedade" e "tempo" continua a ser compreendida de diferentes formas. Alguns autores ligados a uma abordagem psico-sociológica enfatizam a construção do passado no presente e a possibilidade de uma análise objetiva destas ações sociais. No entanto, à medida em que o conceito de "indivíduo" passou a ser relativizado em função de sua inserção no "tempo", a objetificação de experiências individuais e a "atitude científica" do

Wiame, e Alessandro Portelli (1985). No campo da sociologia, ver o tradicional debate entre macro e microsociologia.

⁶²Cito, por exemplo, os trabalhos de E. Bosi (Sao Paulo, 1979); Z. Bauman (London, 1982); P. Nora (Paris, 1984); B. A. Smith, (Princeton, 1985); D. Lowenthal (Cambridge, 1985); F. Haug (London, 1987); "Social Memory", special issue of Communication, 11 (1989); "Memory and Counter-Memory", special issue of Representations, 26 (1989); T. Butler (Oxford, 1989); P. Connerton (New York, 1989); D. Middleton and D. Edwards (London, 1990); G. Lipsitz (Minneapolis, 1990); "Only Collect", The New York Review of Books, (1992), pp.27-30.

cientista social ou historiador perdem também a aura de atividade inocente e descompromissada. Aqueles autores mais fiéis a uma perspectiva "hermenêutica"⁶³ negam a possibilidade de qualquer abordagem objetiva à memória que desconheça o diálogo entre passado e presente valorizando o processo de aprendizado a partir de experiências do passado e por meio da "tradição"⁶⁴. Vimos, portanto, que a singularidade de cada momento do passado é enfatizada em diferentes perspectivas. O conflito trazido pelo novo conceito de memória é claro em trabalhos onde a memória é associada à "história-viva", à verdade existente no passado real, e contraposta à história, esta, sim, compreendida enquanto reconstrução subjetiva do passado⁶⁵. De um modo geral, no entanto, os novos estudos do passado se consolidaram ao resgatar a importância de experiências individuais e popularizar estudos da vida cotidiana⁶⁶.

À medida em que tanto o conceito de indivíduo quanto o conceito de tempo passam a ser relativizados de forma mais radical, a tentativa de fazer da memória um objeto de análise--seja como experiência individual, seja como tradição cultural--é colocada em questão. A memória vai representar não a ida ao passado, mas exclusivamente a presença deste no presente através dilemas éticos e morais. A ênfase em uma consciência histórica, que propunha simultaneamente a explicação universal de eventos e intenções, e a impossibilidade de transcender e objetificar a realidade, alcança um

⁶³Por hermenêutica compreende-se de um modo geral a procura de uma idéia ou essência através da leitura de um texto. Embora o conceito seja muito amplo e tenha vários desdobramentos, passo a utilizar aqui a interpretação dada por Gadamer que enfatiza os aspectos de historicidade e tradição na tarefa interpretativa (1991).

⁶⁴Embora estes estudos tenham um caráter marcadamente interdisciplinar, eu poderia destacar entre os representantes da primeira abordagem, no campo da sociologia, os estudos organizados por D. Middleton e D. Edwards (1990) e, no campo da história, aqueles voltados para a história oral como o de Thompson (1985). O livro de E. Bosi (1979) me parece o melhor exemplo da defesa entre o diálogo entre passado e presente.

⁶⁵Ver Pierre Nora (1984), ou ainda o debate entre história e memória em "Memory and Counter-Memory", special issue of *Representations*, 26 (spring/1989).

⁶⁶Para um estudo comparativo entre o estudo de memórias coletivas feito por Halbwachs e a história das mentalidades, ver P. Hutton (1988).

impasse onde quaisquer explicações de eventos e intenções são colocadas em questão⁶⁷.

A constatação de que o ato social de lembrar experiências do passado, como aliás qualquer outro ato, não é um ato soberano, uma vez que fatores externos a ele próprio não podem ser determinados objetivamente sob o risco de perpetuarem discursos prévios dominantes, levaram autores como Walter Benjamin e Michel Foucault, ainda que oriundos de tradições teóricas distintas, a acreditarem na impossibilidade de afirmar e a procurarem "traços do passado" presentes no presente, ou seja, formas ou de redimir ou de deconstruir o presente⁶⁸.

Cada uma das abordagens acima mencionadas envolve diferentes avaliações e julgamentos da sociedade contemporânea e, portanto, da denúncia de amnésia coletiva. Para algumas delas, no entanto, aspectos individuais e coletivos devem ser analisados separadamente, sendo a própria concepção de "amnésia coletiva" incoerente. A abordagem que proponho a seguir exclui análises que consideram a memória, por um lado, como fenômeno estritamente individual a ser estudada através de processos cognitivos ou psicanalíticos, e, por outro lado, como fenômeno de caráter coletivo a ser interpretado exclusivamente por abordagens histórico-sociais. Procuro clarificar, explorar e perseguir aspectos que considero fundamentais ao estudo da memória, e que, de uma forma ou de outra, já foram tratados pela teoria sociológica. Analiso os trabalhos de Halbwachs e Neisser, por explicarem a construção social da memória, e, os de Marcuse, Foucault e Benjamin, por considerarem memória enquanto forma de conhecimento.

III - A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA

⁶⁷Ver a definição desta consciência história enquanto o dilema da modernidade em Agnes Heller (1990), pp. 11-32.

⁶⁸Ver M. Foucault (1980) e W. Benjamin (1988; 1989).

Maurice Halbwachs, seguindo a sociologia Durkheimiana, defendeu a idéia básica de que a memória, por mais pessoal que pudesse parecer, era construída socialmente. Embora este seja um aspecto amplamente aceito nos estudos atuais de memória, ele foi levantado numa época em que "memória" era considerada basicamente como capacidade mental de recordar e, portanto, objeto de estudo de filósofos, psicólogos e psicanalistas.

Os estudos de Halbwachs sobre memória são frequentemente contrapostos tanto a abordagens psico-sociológicas sobre memória quanto à abordagem "subjetivista" de Henri Bergson à memória⁶⁹, com quem ele teve sua primeira formação filosófica⁷⁰. No entanto, a análise de Halbwachs sobre a formação dos quadros sociais da memória não representa a rejeição absoluta do indivíduo no estudo da memória. Ao contrário, seus estudos sobre memória são essenciais a qualquer análise relativa à formação de identidade do indivíduo contemporâneo, seja ela pensada de forma subjetiva ou material, individual ou coletiva. Seu trabalho, no entanto, se contrapõe ao de Bergson no sentido de uma negativa radical a qualquer consideração no que diz respeito à influência do passado sobre o presente.

No primeiro de seus trabalhos sobre memória, Les cadres sociaux de la mémoire⁷¹, Halbwachs estabeleceu os aspectos principais de sua teoria, reafirmados em trabalhos posteriores⁷², que, a meu ver, consistem, primeiro, da afirmativa de que memórias só podem ser pensadas em termos de "convenções" sociais, chamadas por ele quadros sociais da memória; segundo, de que o passado é reconstruído continuamente; e, terceiro, de que o estudo de quadros sociais ou memórias coletivas pode ser realizado empiricamente e de forma autônoma à intenção dos indivíduos.

O legado básico de Halbwachs para o estudo da memória consiste em sua afirmação de que pensamos ou rememoramos através de "quadros sociais da memória". De uma maneira geral, seus trabalhos referem-se muito menos ao estudo empírico do conteúdo das

⁶⁹H. Bergson (1913).

⁷⁰Para uma análise da formação intelectual de Halbwachs, ver Mary Douglas (1980).

⁷¹Halbwachs (1925).

⁷²Ibid. (1939); (1941) e (1950).

"memórias coletivas" do que às situações e formas pelas quais elas são constituídas. Sua ênfase é a de que memórias se formam e são renovadas devido a laços de solidariedade entre indivíduos, os quais são construídos através elementos comuns simbólicos.

Nos primeiros dois capítulos de Les Cadres, Halbwachs afirma que, quaisquer lembranças do passado, por mais que pareçam fruto de sentimentos e pensamentos exclusivamente individuais, somente existem como parte de estruturas ou contextos sociais. A lembrança do passado, portanto, não é o ato individual de recordar, mas o resultado de laços de solidariedade, e, como tal, só pode existir porque foi constituída em relação a todo um conjunto de noções e convenções comuns, presentes em pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagem, razões e idéias, isto é, em toda a vida material e moral das sociedades das quais nós fazemos ou fizemos parte. Até mesmo os sonhos, que, segundo Halbwachs, são desconexos porque ao dormirmos não somos capazes de coordená-los em novos quadros sociais, só existem e podem ser lembrados porque refletem a formação anterior de imagens em planos sociais coerentes a nós.

Enfim, se a linguagem, por exemplo, que, para Halbwachs, constitui o quadro social mais elementar da memória coletiva, não existisse, não haveria contato entre passado e presente, entre o sonho e o despertar, entre nós indivíduos. Halbwachs mostrou como nós sempre necessitamos da memória de outras pessoas tanto para confirmar nossas próprias recordações, como para dar a elas legitimidade. Nossas lembranças só existem em relação às lembranças que existem em torno de nós. Se elas são coerentes e contínuas é porque os homens, que não são seres isolados, a constroem em relação direta ou indireta com outros homens. Ele explicou a memória enquanto fenômeno a um só tempo social e individual, aspectos indistintos, porque ele compreendeu individualidade como fenômeno forjado a partir de quadros sociais comuns⁷³.

O modelo teórico de Halbwachs apresenta alguns limites. Eu destaco, em primeiro lugar, o fato de que ao analisar os quadros sociais da memória como noções lógicas, mas também como imagens

⁷³Halbwachs (1925), pp. 274-5.

concretas de acontecimentos e personagens, localizadas no tempo e no espaço, ele pensou ser possível derivar integralmente o pensamento individual da análise do coletivo. Nos últimos três capítulos de Les cadres, Halbwachs fez um estudo de "memórias coletivas", a partir dos elos de solidariedade existentes entre familiares, grupos religiosos ou elementos de uma mesma estratificação social. Como Halbwachs compreendeu que estas "memórias coletivas" não representam a soma de lembranças individuais e têm certa autonomia em relação à intenção de cada indivíduo, ele concluiu que elas representavam não só as bases necessárias para que indivíduos se recordassem do passado, mas as próprias lembranças do indivíduo. Apesar de compreender que um processo de "individualização" ocorre socialmente, ele o explicou como resultado do acaso, isto é, de arbitrárias combinações de memórias coletivas.

Em La Topographie légendaire des évangiles en terre sainte, Halbwachs tentou concretizar sua teoria e estabelecer uma abordagem científica, que fosse capaz de descrever os "quadros sociais da memória", enquanto entidades unificadas, com características próprias. Ele procurou explicar a peregrinação muitas vezes milenar a determinados locais santos a partir de um estudo empírico de memórias coletivas. A recorrência de alguns padrões de comportamento em diferentes estruturas político-sociais, foi explicada em termos da memória coletiva⁷⁴. Para ele, portanto, é a "memória coletiva" que se reconstitui a si própria, e ela se mantém devido a sua função social de manter indivíduos coesos⁷⁵. Repetiu, desta forma, a lógica circular Durkehimiana onde o social se explica pelo social. Halbwachs nos permite compreender a manutenção de determinadas "memórias coletivas" no presente, mas ele é incapaz de explicar, por exemplo, o porquê delas serem criadas de formas diferenciadas. Ao derivar integralmente os indivíduos dos quadros sociais ele perde a oportunidade de explicar diversidade e movimento.

O segundo limite que percebo na teoria de Halbwachs refere-se ao fato de que ele não tentou apenas mostrar que nossas lembranças se configuram por meio de convenções sociais, ou ainda

⁷⁴Ibid. (1941).

⁷⁵Ibid. (1925), p.290.

que o passado é reconstruído continuamente, mas, concomitantemente a estas afirmativas, ele negou qualquer influência do passado sobre o presente e a validade de abordagens à memória diferentes da proposta por ele. De acordo com sua teoria a memória pressupõe sempre uma atividade construtiva e racional no presente--um processo de formação de identidades, onde aspectos pessoais e distoantes do passado são ajustados e rememorados através convenções sociais coletivas. Em Les cadres, Halbwachs enfatizou que recordações desconexas do passado são agrupadas em novas narrativas que refazem continuamente o passado de acordo com pressões e interesses do presente. Para ele não existe semelhança ou afinidade entre imagens, sentimentos ou valores, entre passado e presente, uma vez que "lembrar" significa atividade racional em que um indivíduo está sempre em relação com todo um conjunto de noções comum a muitos outros, e, neste sentido, sempre reformulando heranças desconexas do passado de acordo com preocupações e situações atuais.

Halbwachs negou, portanto, não só a possibilidade de explicar a formação e transformação das convenções sociais como quaisquer conceitos que se baseassem numa noção pré-linguística ou pré-simbólica de memória. À medida em que Halbwachs negou o conflito consciente/inconsciente e estudou o passado como fenômeno do presente--para ele sempre foi suficiente explicar as "memórias coletivas" a partir de suas funções sociais de coesão e consenso-- é evidente que amnésia coletiva não se refere a verdades inconscientes ou reprimidas, mas ao mero esquecimento de determinados aspectos para que outros se estabeleçam na constituição da sociedade.

O estudo autônomo de estruturas coletivas da memória e o determinismo da esfera social sobre o indivíduo foram aspectos criticados pelas abordagens psico-sociológicas, oriundas, entre outros, dos trabalhos do psicólogo Frederic C. Bartlett e do sociólogo George Herbert Mead⁷⁶. Para Bartlett a única abordagem possível à memória consistia na compreensão de como as memórias eram constituídas socialmente através da observação e análise de atos de lembrar e

⁷⁶Para uma análise das origens de uma abordagem psico-social à memória, ver D. Middleton e D. Edwards (1990). Para uma posição crítica em relação ao trabalho de Bartlett, ver M. Douglas (1986), pp. 81-90.

esquecer o passado, resultantes da interação entre os homens localizada em determinado tempo e espaço⁷⁷.

O argumento central de Bartlett se baseia na noção de que o ato de lembrar não pode ser pensado nem em termos de reprodução do passado, nem em termos de sua construção, mas, sim, em termos da "re-construção" no presente de experiências que foram vivenciadas anteriormente. Estas experiências seriam codificadas em "convencionalizações", que seriam uma forma de mediação entre passado e presente, e a condição necessária para que as pessoas pudessem lembrar. Neste sentido só é possível de ser recordado aquilo que foi vivenciado anteriormente.

Mantendo o conceito teórico central de Bartlett para o estudo da memória - o de "convencionalização" -, U. Neisser tem desenvolvido e coordenado uma série de estudos que representam a tentativa de ampliar o foco de análise nas pesquisas realizadas sobre memória. Neisser minimiza estudos laboratoriais, que tinham por base a observação de comportamentos humanos em situações artificiais, e prioriza o que ele denomina estudo ecológico da memória. Em Memory: What Are the Important Questions?, Neisser afirma que o que interessa é saber como pessoas utilizam suas experiências do passado nas perspectivas do presente e futuro. Para entender como elas o fazem, ele lista como relevante as circunstâncias em que a memória ocorre, as formas que ela toma, as variáveis que a influenciam e as diferenças individuais no uso do passado. Os atos de lembrar e esquecer são considerados a partir de sua relação a contextos sociais, fatos, rotinas familiares, materiais acadêmicos, biográficos, "layouts" geográficos e conflitos políticos. As "memórias coletivas", portanto, não são analisados de forma autônoma ao indivíduo que rememora, desde que, para Neisser, somente os objetos acessíveis à compreensão do "agente" são considerados o que existe de real e o que pode ser rememorado numa atividade inerentemente social⁷⁸. Estes estudos se concentram, portanto, na análise de atos de lembrar e esquecer ocorridos no decorrer da vida cotidiana e localizados no tempo e no espaço. Neste sentido, apesar das análises psico-sociológicas considerarem, tal como

⁷⁷F. Bartlett (1932).

⁷⁸U. Neisser (1982), pp.3/19.

Halbwachs, a construção da memória como um processo de interação social realizado através de símbolos culturais, este não é visto como um processo de manutenção de laços de solidariedade, mas como um processo criador intimamente ligado às condições existentes e experiências sedimentadas do passado.

Apesar das análises dos atos coletivos de lembrar e esquecer estarem corretas ao mostrarem que memórias coletivas são constituídas por atores sociais e se referem a experiências vividas anteriormente, elas limitam o estudo da memória a este aspecto da "re-construção" racional do passado. Quero dizer, que o ato de beber água, por exemplo, não representa apenas a reconstrução de uma experiência anterior conforme as condições atuais. Em primeiro lugar, por exemplo, podemos beber água de uma forma educada e desta forma não só reproduzir convenções existentes, como nos situar em um espaço sócio-político de uma forma automática e não intencional. Em segundo lugar, aprendemos a beber água, de modo que se torna impossível a um adulto reconstruir a experiência infantil de lidar com um copo d'água, uma vez que esta não existe mais e se transformou. É evidente que temos várias formas de lembrar, e que o ato de beber água não envolve a complexidade existente em uma "re-construção" autobiográfica ou mesmo de eventos históricos. No entanto, este exemplo deixa claro que precisamos considerar que as lembranças do passado que reconstruímos no presente tanto são influenciadas por estruturas coletivas simbólicas anteriores a nós, quanto representam experiências que se modificam ao longo do tempo e de situações específicas. Quero mostrar com isso que o estudo da construção social da memória tem limites que precisam ser observados.

É neste sentido que afirmo que a construção social da memória pode ser compreendida seja pelo seu processo de formação seja pelo de manutenção social, de acordo tanto com contextos herdados, situações históricas específicas como com diferentes intenções do investigador. Mesmo se considerarmos que ao lembrarmos o passado o estamos recriando continuamente, esse processo criativo tem por limite o fato de que lembramos através de estruturas simbólicas coletivas, as quais chegam a nós como resultado de processos de lembrança e esquecimento dos quais não fizemos parte. Embora estas

estruturas não sejam nem coercitivas nem liberadoras em si mesmas, o fato de serem o produto de um processo anterior de seleção implica certa determinação sobre aqueles que as recebem. As teorias de Halbwachs e Neisser são, portanto, complementares pois apontam para diferentes aspectos do mesmo processo.

Além deste primeiro limite, ambas as teorias falham por não perceberem que a herança do passado e as estruturas do presente não são infinitamente maleáveis no que tange os interesses e representações do presente. Vimos que para Neisser, tal como Halbwachs, a constituição da memória representa um processo de interação social realizado através de símbolos culturais. Em ambos os casos a amnésia vai ser considerada como o mero esquecimento--seja ele individual ou coletivo. Amnésia não é considerada em termos de perda de valores, sentimentos ou experiências, mas como um aspecto complementar da lembrança. No entanto, muitos autores têm se preocupado, não com a memória construída socialmente, que implica um processo de seleção, escolha e manutenção, mas com o fato de que este processo longe de possuir um significado intrínseco a ele mesmo pode ser determinado seja por experiências vividas anteriormente, seja pelo "inconsciente" individual ou coletivo, seja por relações de dominação e poder não acessíveis aos atores competentes. É a estes autores que vou me ater a seguir.

IV. A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE PELA MEMÓRIA

Alguns autores se referem a memória não apenas como uma representação ou reconstrução do passado, mas como "tradição", isto é, como manutenção de aspectos do passado de que não temos consciência e que são expressos através de sentimentos, movimentos, hábitos e atitudes. Neste sentido, ela não é apenas construída socialmente, mas é também um aspecto fundamental na construção da sociedade. Desta forma, amnésia não representa apenas esquecimento, isto é, a incapacidade de reconstruir aspectos do passado em

detrimentos de outros, mas a incapacidade de viver experiências verdadeiras que seriam transmitidas entre passado e presente.

É inegável que de acordo com diferentes experiências no passado nossas ações no presente são diferentes umas das outras e, que, portanto, não só aspectos do presente explicam nossas percepções e ações no presente. Mas, como explicar o que não é, o que se transforma a cada momento? As análises de Neisser sobre memória procuram explicar a influência do passado através de sua expressão em atos cotidianos. Sociólogos e antropólogos, ligados a uma concepção "hermenêutica" de conhecimento, afirmam corretamente que não só o passado é sempre reinterpretado no presente, como também o ato de interpretar é determinado pelo passado, e, que, portanto, a objetividade proposta pela abordagem psico-sociológica é passível de crítica. Para Clifford Geertz, por exemplo, atores são guiados em seus julgamentos e atitudes, tanto emocionalmente quanto intelectualmente, por "preconceitos" ou "tradições" que não são colocados em questão a cada momento, e que, portanto, não podem ser objetivadas⁷⁹. Tradição significa que experiências passadas têm efeitos sobre os atos do presente e os modificam, e que, portanto, toda tentativa de conhecimento que não observar este diálogo com o passado é insuficiente⁸⁰. O estudo da memória, neste sentido, não pode se resumir à explicação de como o passado é reconstruído por atos e sentimentos, uma vez que atores agem de acordo com heranças, das quais eles não tem conhecimento.

No entanto, enquanto autores como Geertz acham possível o estudo da tradição--que incorporaria todos os conflitos entre lembrança e esquecimento--através da interpretação de símbolos culturais, outros questionam não só a possibilidade de identidade entre passado e presente como a possibilidade de haver qualquer sentido a ser interpretado no diálogo com o passado. Para autores como Marcuse, Benjamin e Foucault, memória, enquanto sentimento, redenção, traço ou vestígio do passado, representa não só

⁷⁹C. Geertz (1973), pp. 218-219.

⁸⁰Para uma exposição clássica do conceito hermenêutico de tradição ver Hans-Georg Gadamer (1991), pp. 277-285.

uma forma de compreensão, mas uma alternativa à racionalidade contemporânea, seja ela cognitiva ou interpretativa.

Herbert Marcuse foi um dos autores a defender de forma mais radical a memória como fonte de conhecimento e liberdade. De maneira original, ele associou os estudos de Freud sobre repressão, em que contradições entre indivíduo e sociedade eram internalizadas pelo indivíduo, à análise de que a sociedade capitalista industrial controlava de maneira totalizante a razão humana⁸¹. Para Marcuse, a teoria Freudiana do instinto da morte, em que os homens possuíam instintos destrutivos, incompatíveis com a vida em sociedade, tornara-se obsoleta na sociedade industrial, uma vez que esta última fora capaz de absorver as contradições descritas por Freud. No entanto, restara aos homens um "instinto" para inércia e plenitude, o qual, este sim, se contrapunha à vida social competitiva, desumana e destrutiva. Neste sentido, enquanto para Freud, a perda da memória era atribuída ao esquecimento de experiências traumáticas, oriundas da repressão à natureza sexual ou agressiva do indivíduo, para Marcuse, a perda da memória era atribuída à repressão a um estado de "Nirvana" que não podia ser incorporado pela sociedade capitalista industrial. Para Marcuse, a memória representava, portanto, a liberação de promessas e potencialidades que embora traídas pelo homem civilizado, alienadas pela sociedade capitalista, não tinham sido completamente esquecidas⁸².

Se Freud pensara um processo de internalização de experiências vivenciadas anteriormente, Marcuse pensara memória como um "instinto" presente nas camadas mais antigas da personalidade, prefiguração de uma totalidade humana⁸³. À medida em que compreendeu memória como total gratificação, na qual satisfação de necessidades humanas e liberdade social estavam unidas, Marcuse não considerou possível a transformação destes arquétipos em prática social na sociedade capitalista, tendo eles, portanto, um caráter pré-linguístico e representando um instrumento mítico de comunicação entre passado e presente. A memória a que Marcuse se refere não é

⁸¹H. Marcuse (1955).

⁸²Ibid., pp. 18/19.

⁸³Este arquétipo atemporal presente no inconsciente humano tem similaridade com a teoria de K. Jung de um inconsciente coletivo. Ver Jung (1956).

configurada por normas, não é criada pelos agentes sociais - ela precede as convenções sociais e as práticas interacionistas entre os homens. Ela representa, portanto, uma utopia onde experiências passadas se encontram com promessas do futuro, e, mais do que isso, um impasse, pois ao mesmo tempo que memória representa um poder liberador, enquanto promessa ela jamais pode se tornar uma ação prática.

Foucault partiu de um mesmo diagnóstico feito por Marcuse ao considerar toda forma de conhecimento vinculada à dominação e poder⁸⁴. Entretanto, para ele, não existia memória, uma vez que não existia o sujeito que lembra. Além disso, embora nos trabalhos de Foucault apareça uma concepção de tempo próxima da que é veiculada pelo conceito hermenêutico de "tradição", no sentido de uma transformação contínua, esta ao mesmo tempo que se transforma, é transformada, não havendo, portanto, qualquer significado capaz de explicar continuidade e se sobrepor às múltiplas identidades apresentadas pelo passado⁸⁵. Apesar de criticar as tentativas de conhecimento através da memória, Foucault se deteve no fato, ignorado por aqueles que consideram memória uma ação prática racional, que através de expressões corporais, hábitos e costumes os homens reproduzem ou rememoram experiências do passado, e que este fato longe de representar neutralidade envolve dominação e poder. O estudo da contra-memória por Foucault nos mostra que nós não apenas nos recordamos de uma experiência passada ou a reconstruímos, mas que esta experiência se transforma em hábito, e enquanto tal ele existe incorporado em nosso ser. Desta forma, "memória" não pode ser objetificada ou compreendida pois ela é anterior e portanto resistente a qualquer intenção de homens e mulheres enquanto sujeitos⁸⁶.

Mas, se não há como objetificar o passado, ou mesmo compreendê-lo, todo o trabalho de Foucault pode ser descrito pela procura de traços e vestígios do passado presentes na materialidade do

⁸⁴Para um estudo comparativo entre autores da Escola de Frankfurt e o pensamento pós-estruturalista, ver P. Dews(1987).

⁸⁵Para uma caracterização precisa de memória enquanto "difference", onde se observa um movimento de rutura, heterogeneidade e disjunção, que impede qualquer busca de identidade ou sentido entre passado e presente, ver Derrida (1989).

⁸⁶Foucault (1980), pp.139-165.

discurso, em práticas sociais e instituições. É neste sentido, que a arqueologia do saber nada mais é do que a tentativa de passar por cima da razão através da investigação de palavras antes de sua formulação, voz ou expressão. Foucault procurou investigar cada evento e contexto em si mesmo, em sua ausência, em sentimentos, hábitos, práticas e instituições de maneira totalmente desvinculado de qualquer finalidade, intenção ou lógica. Se a memória em Marcuse era cativa de promessas não realizáveis, em Foucault ela se concretiza em práticas e instituições sociais, destituídas, no entanto, de qualquer promessa. À medida em que ele teorizou um complexo de estruturas invisíveis configurando a atividade social e determinando o comportamento humano, e, à medida em que ele associou conhecimento a poder, ele percebeu memória como contra-memória, no sentido de origens, traços, presenças fora do lugar⁸⁷.

Ao contrário de Halbwachs e Neisser, Marcuse e Foucault acreditaram que contemporaneamente "esquecemos" de aspectos cruciais a nossa existência. Eles, no entanto, de uma maneira ou de outra, associaram não só lembrança à liberdade e esquecimento à repressão, quanto este último à modernidade. A amnésia coletiva, torna-se, portanto, um pesadelo à medida em que eles estabelecem um corte radical entre lembrança e esquecimento, eliminando qualquer possibilidade de compreensão deste conflito simultaneamente ao processo de construção social.

Benjamin, de certa forma, antecedeu os escritos de Foucault ao acreditar que através de uma análise da Paris do século XX era possível detectar traços de diferentes épocas coexistentes⁸⁸. Adorno e outros membros da Escola de Frankfurt, instituição a que ele estava vinculado e dependia financeiramente, criticaram a ausência de mediação teórica na proposta de Benjamin. Para Benjamin, no entanto, a proposta de trabalhar com "imagens" claramente se distanciava do projeto surrealista que se baseava na crença mítica do objeto não mediado. O desejo expresso por André Breton e Luis Bunuel de explodir arquivos e narrativas do passado é substituído em Benjamin pelo desejo de colecionar. A relação entre passado e presente se faria

⁸⁷ Ibid. (1980).

⁸⁸ Para excelente análise do "Projeto das Arcadas", ver S. Buck-Morss (1989).

aparente através constelações que contivessem momentos diferentes simultaneamente. Benjamin compreendeu sua tarefa de historiador como a tarefa de um colecionador, arqueologista ou "flâneur". A análise teórica a ser feita não objetivava uma mediação entre realidade objetiva e suas representações, mas entre as tensões entre as imagens existentes. A dialética em Benjamin, se existe, está vinculada a sua rejeição do unilateralismo presente em Marcuse ou Foucault ao insistirem na inevitabilidade do poder e seu aspecto coercitivo.

Benjamin descreveu dois tipos de memória⁸⁹, os quais só podem ser compreendidos se associados à sua análise da experiência humana e de aspectos sócio-culturais desenvolvida através da observação de constelações de imagens, conforme descrito acima. Benjamin constatou o declínio da tradição oral, do contador de histórias e o surgimento da novela nos tempos modernos. Ele denunciou a perda dos elos interpessoais dentro de comunidades, a consequente destruição de elos com o passado e a perda da capacidade de aprendizado através de experiências anteriores⁹⁰. Descreveu, ainda, a alteração do espaço presente na cidade moderna, as transformações nas esferas públicas e privadas e associou estas mudanças a um tipo de abstração e inconsciência⁹¹. Neste contexto, ele compreendeu memória, primeiro, como um ato voluntário de lembrar o passado. O ato de lembrar, consequência do desejo individual, estava a serviço da razão e representava a morte do passado e a reconstrução do que é novo. Segundo, ele compreendeu memória como uma lembrança involuntária. Para Benjamin, a idéia de memória pura, tal como concebida por Bergson, onde passado e presente se encontram, existia apenas de forma involuntária na sociedade em que vivia. Para Proust, o sabor de "madeleine" foi capaz de transportá-lo ao passado. Benjamin aceitou que houvesse associação entre imagens do passado e presente, embora,

⁸⁹Ver "On Some Motifs in Baudelaire" in Arendt, op. cit.

⁹⁰Ver "On Some Motifs in Baudelaire", "The Storyteller" e "Unpacking my library", in Arendt (1968).

⁹¹No que concerne as análises de cidade, eu me refiro principalmente a "On Some Motifs on Baudelaire", op.cit., e a "One-Way Street (selection)" in Peter Demetz (ed.), Reflections, New York, Schocken Books, 1989, pp. 61/97.

para ele, esta surgisse de forma independente à nossa vontade e cada vez mais como exceção em nossa sociedade.

Em The Work of Art, Benjamin descreveu o fenômeno da "aura". A "aura", tal como a memória involuntária, possibilitava formas de continuidade entre passado e presente. Ambas, no entanto, eram formas de experiência que não eram encontradas em condições usuais na modernidade. "Aura" era apenas encontrada em objetos originais e relíquias, e, no mundo moderno, objetos eram contados aos trilhões e a arte concebida através de reproduções. Ele, procurou, portanto, identificar em novas formas de experiência humana a possibilidade de liberdade e crítica à sociedade⁹².

Freud descreveu como sendo uma experiência traumática aquela em que estímulos do mundo exterior atravessavam nossa proteção consciente e se tornavam nova fonte de excitação de dentro de nós mesmos. Benjamin se apropriou da hipótese Freudiana para explicar a modernidade. É importante observar que ao se apropriar do mecanismo de defesa proposto por Freud, Benjamin trabalhou com a idéia de "instinto", isto é, com a idéia de que o indivíduo poderia ser pensado anteriormente a um estágio onde a dimensão simbólica serve de intermédio a sua percepção do mundo exterior. Foi neste sentido que ele explicou que o indivíduo moderno vivia sob o impacto de impressões "traumáticas" do mundo exterior que não se transformavam em experiências, mantendo-se na esfera da resposta reativa e momentânea. Para Benjamin, a paisagem urbana moderna conduzia a uma experiência particular de desligamento, e ele explicou tais desligamentos como substitutos de estruturas associativas anteriores, onde o conhecimento era adquirido através de experiências vividas e diálogos entre indivíduos.

A questão fundamental que aparece em Benjamin, e que está ausente nas demais teorias que tentaram interrelacionar as dimensões de "indivíduo", "sociedade" e "tempo", é a de que memória, além de envolver duas formas de interação entre indivíduo e sociedade, duas formas de experiências--a percepção do passado que tende a permanecer na esfera de um preciso momento como vimos nas

⁹²Benjamin, "The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction", in Arendt, op.cit.

construções sociais, e a percepção do passado que é incorporada ao ser revivida como vimos na concepção "hermenêutica," mas que encontra-se ameaçada com a separação entre indivíduo e comunidade--também aparece sob uma forma pré-simbólica, a qual embora não tenha expressão própria pode ser percebida através "constelações de imagens." Em consequência, Benjamin consegue lidar simultaneamente com a memória adquirida através da tradição, com a memória construída e com os conflitos internos a esta última através da análise de traços do passado. Eu diria que de acordo com as análises deixadas por Benjamin, nós podemos afirmar que embora sejamos nós os únicos responsáveis pela construção do nosso passado, nós nos traímos muitas vezes neste processo, sendo, portanto, a amnésia coletiva, não um pesadelo, mas uma ameaça constante.

O diagnóstico de contemporaneidade de Benjamin e sua proposta analítica são muito próximos à arqueologia do saber de Foucault⁹³. Para Benjamin, no entanto, não há o imperialismo do conhecimento, e é na própria abstração do cidadão contemporâneo que ele encontra a possibilidade de iluminação profana. Ainda que não discutindo o conteúdo do conceito de iluminação profana formulado por Benjamin, motivo de intenso debate e dúvida entre os seus mais fiéis admiradores, quero ressaltar que esta iluminação pode ser compreendida como fruto do confronto entre memória voluntária e involuntária. Nós podemos nos libertar do pesadelo da amnésia coletiva pela redenção do passado através da qual nós não só admitimos nossa herança do passado como nos tornamos responsáveis por ele. Benjamin constrói, portanto, um conceito de "universalidade", o qual, primeiro, se encontra na estrutura do mito, segundo, reflete os conflitos entre diferentes experiências da vida contemporânea, e, terceiro, realiza-se em um "conhecimento prático" concebido por ele como iluminação profana.

⁹³ Ambos os autores compreendem que o passado se transforma e nos transforma a cada instante de modo a subsistir apenas no presente por meio de traços e vestígios. Para eles, o único meio de lidar com o passado encontra-se na procura de traços remanescentes no presente. Para uma estudo comparativo entre o trabalho de Benjamin e algumas teorias deconstrucionistas, ver Wohlfarth (1979).

VI – CONCLUSÃO

Para nenhum dos autores tratados neste artigo, memória significou a mera "lembrança do passado". Todos eles acreditaram firmemente que não é possível se ter a mesma leitura de um livro duas vezes. No entanto, a forma de perceber, compreender e explicar o passado variou entre eles. Halbwachs analisou como nossas memórias são mantidas através de convencões sociais, e Neisser como nós, enquanto atores sociais, reconstruímos o passado cotidianamente. Halbwachs e Neisser, ainda que sob perspectivas diferentes, nos mostraram que nossas memórias não podem ser pensadas somente em termos individuais, mas que elas são construídas socialmente. Estas teorias, no entanto, ao explicarem a relação entre indivíduo e sociedade exclusivamente a partir de uma rede de comportamento aceitam a incorporação total de homens e mulheres à sociedade, onde valores ou aspectos contraditórios para aqueles que vivem em sociedade são negligenciados. Os estudos de Marcuse e Foucault ressaltaram a importância de experiências do passado, do inconsciente individual ou coletivo ou, ainda, de relações do poder e analisaram a memória não como construída socialmente, mas construindo o social. Anamnese, neste sentido, representou recuperação de intuítos e sentimentos ou desconstrução de hábitos, narrativas e contextos.

Halbwachs e Neisser procuraram explicar a memória como produto de uma racionalidade humana. Marcuse pensou um inconsciente coletivo, ainda que não realizável, nos unindo e oferecendo um sentido maior que o dado pelo imediatismo de nossas práticas cotidianas. Foucault propôs desconstruir contextos procurando, não um significado "maior" ou anterior, como Marcuse, mas liberdade para as discontinuidades e diferenças. Embora tocando em pontos-chaves no que tange a memória, que tanto é construída como reconstrói, que tanto coage como liberta, que tanto é individual como coletiva, cada uma destas abordagens ao passado atribui a si própria a única explicação possível, denunciando as demais como falsas e distorcidas. As diversas análises da memória estudadas, com o intuito de

legitimarem suas perspectivas como únicas, estreitam seu campo de análise, ignorando aspectos que não podem ser ignorados e absolutizando o que não é absoluto. Se as análises estruturalistas, seja nas formas desenvolvidas por Halbwachs ou Foucault, dão às estruturas e contextos sociais o poder absoluto de configurar nossas recordações do passado, as análises da memória realizada em termos do indivíduo ou do ator social, seja nas formas desenvolvidas por Neisser ou Marcuse, dão a estes últimos o poder absoluto do ato de rememorar.

É neste sentido que o trabalho de Benjamin, ao tentar compreender memória como a experiência de indivíduos que se relacionam entre si e estão localizados no tempo e espaço, abre mais alternativas ao estudo da memória no que tange o debate em torno da amnésia coletiva do que o de qualquer outro autor contemporâneo. Ele nos mostrou que aspectos que significaram escolha e julgamento no passado, hoje são incorporados a nós como nosso meio de subsistência, nosso instrumento de trabalho e de comunicação. A denúncia da amnésia coletiva, antes de se associar à rigidez de um conceito, representa a constatação de uma mudança social. Benjamin compreendeu memória enquanto produto da razão, mas, considerou também aspectos que estão além da razão como sentimento, intuição e movimento. O aspecto distintivo de seu trabalho deve-se à tentativa de mostrar que não temos apenas uma forma de nos relacionar com o mundo, mas várias, e que cada uma delas tem aspectos positivos e negativos que devem ser julgados em condições específicas. Neste sentido, se a sociedade contemporânea inviabiliza uma forma de conhecimento do passado ocorrido anteriormente pela transmissão de conhecimento através vínculos pessoais, ela abre espaço para novas possibilidades de percepção e conhecimento.

Não só analistas sociais, mas nosso próprio cotidiano, tem nos mostrado que alguns aspectos do passado se repetem no presente, outros são reconstruídos, enquanto outros apenas nos indicam sua passagem. Nenhum destes aspectos é coercitivo ou emancipador em si mesmo, embora eles tanto possam representar liberdade como dominação, anamnese como amnésia. O conceito de memória algumas vezes representa diferentes explicações de um mesmo fenômeno, outras vezes, diferentes fenômenos. Por memória podemos compreender

reminiscências, através das quais nos encontramos com o passado, repetição de atitudes e sentimentos dos quais raramente nos damos conta, construção e reconstrução de nossas identidades ao longo de nossas vidas, e até mesmo o inexplicável saber. Estes são, no entanto, aspectos da memória que só podem coexistir e serem criticamente analisados numa orientação que considere que eles não só se transformam ao longo do tempo, como também transformam o presente à medida em que reinterpretam o passado. Está claro, portanto, a extensão do problema e a ingenuidade de uma rápida resolução para o debate em torno da amnésia coletiva. Trata-se, por um lado, de substituir antíteses teóricas que consolidaram seja conceitos antagônicos de um mesmo fenômeno, seja a incompatibilidade de diferentes fenômenos, e, por outro, de passar de uma reflexão abstrata sobre memória para uma que se baseie em condições históricas específicas. Benjamin deu os primeiros passos neste sentido, mas, sem dúvida, há ainda muito o que caminhar.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDT, Hannah. (1986), Between Past and Future. New York, Penguin Books.
- ARENDT, Hannah (ed.). (1969), Illuminations: Walter Benjamin Essays and Reflections. New York, Schocken Books.
- BAUMAN, Zigmunt. (1982), Memories of Class: Pre-History and After Life of Class. London, Routledge & Kegan Paul.
- BARTLETT, Frederic C. (1932), Remembering: a Study in Experimental Social Psychology. Cambridge, Cambridge University Press.
- BERGSON, Henri. (1913), Matière et memoire. Paris, Librairie Felix Alcan.
- BLOCH, Marc. (1925), "Mémoire collective: tradition et coutume". Revue de synthèse Historique, n. XL, pp. 73-83.
- BOSI, Eclea. (1979), Memoria e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, Ltda.
- BUCK-MORSS, Susan. (1989), The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project. Cambridge, The MIT Press.
- BUTLER, Thomas (ed). (1989), Memory: History, Culture and the Mind. Oxford, New York, Basil Blackwell.
- CONNERTON, Paul. (1989), How Societies Remember. Cambridge, Cambridge University Press.

- DAVIS, Natalie-Zenon e STARN, R. (1989), "Memory and Counter-Memory". Edição especial de Representations, n.26.
- DEMETZ, Peter (ed.). (1989), Reflections: Walter Benjamin Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings. New York, Schocken Books.
- DERRIDA, Jacques. (1989), Memoires for Paul de Man. New York, Columbia University Press.
- DOUGLAS, Mary. (1980), "Introduction: Maurice Halbwachs (1877-1945)". Halbwachs, The Collective Memory. New York, Harper & Row Publishers Inc. (1986), How Institutions Think. London, Routledge & Kegan Paul.
- FOUCAULT, Michel. (1980), "Nietzsche, Genealogy, History". Bouchard D. F. (ed.), Language, Counter-Memory, Practice. New York, Cornell University Press.
- GADAMER, Hans-Georg. (1991), Truth and Method. New York, The Crossroad Publishing Company.
- GEERTZ, Clifford. (1973), The Interpretation of Cultures. New York, Basic Books, Inc., Publishers.
- HALBWACHS, Maurice. (1925), Les cadres sociaux de la mémoire. Paris, Presses Universitaires de France.
- (1939), "La mémoire collective chez les musiciens". Revue Philosophique, n. 127, 1939, pp. 136-65.
- (1941), La topographie légendaires des évangiles en terre sainte: Etude de mémoire collective. Paris, Presses Universitaires de France.
- (1950), La mémoire collective. Paris, Presses Universitaires de France.

HELLER, Agnes. (1990), Can Modernity Survive?. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

HOBBSBAWM, Eric (ed). (1983), The Invention of Tradition. Cambridge, Cambridge University Press.

HUTTON, Patrick H. (1988), "Collective Memory and Collective Mentalities: The Halbwachs-Aries Connection". Historical Reflections, v. 14, pp. 311-322.

JUNG, K. (1956), Two Essays on Analytical Psychology, New York, Meridian.

KUNDERA, Milan. (1981), The Book of Laughter and Forgetting, London, Penguin Books.

LIPSITZ, George. (1990), Time Passages: Collective Memory and Popular American Culture. Minneapolis, University of Minnesota Press.

LOWENTHAL, David. (1985), The Past is a Foreign Country. Cambridge, Cambridge University Press.

MARCUSE, Herbert. (1955), Eros and civilization: A Philosophical Inquiry into Freud. Boston, Beacon Press.

MIDDLETON, David e EDWARDS, Derek (eds). (1990), Collective Remembering. London, SAGE Publications.

NEISSER, Ulric (ed). (1982), Memory Observed. Oxford, W. H. Freeman.

NEISSER, Ulric e WINOGRAD, E. (eds). (1988), Remembering Reconsidered: Ecological and Traditional Approaches to the Study of Memory. Cambridge, Cambridge University Press.

NORA, Pierre. (1984), "Entre Mémoire et Histoire: La problématique des lieux" in Pierre Nora (ed.), Les Lieux de Mémoire. Paris, Éditions Gallimard, pp. XVII-XLII.

TILLY, Louise A. (1983), "People's History and Social Science History" in Social Science History, v.7, n.4.

THOMPSON, Paul et alii. (1985), International Journal of Oral History, v.6, n.1.

WOHLFARTH, Irving. (1979), "Walter Benjamin's Image of Interpretation" in New German Critique, n. 17, pp. 70-98.